

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Brasil conta com nove usinas de etanol de milho em processo de construção

Seis estão no Estado; uma está em Campo Novo do Parecis

Canal Rural

Responsável por mais de 80% da produção de etanol de milho no país, Mato Grosso pode saltar de 11 usinas para 19 nos próximos anos. A previsão é da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), diante da desburocratização do acesso às políticas de incentivos fiscais do governo do estado e a alta capacidade de produção.

O Brasil conta hoje com 18 usinas de etanol de milho em operação, de acordo com a União Nacional de Etanol de Milho (Unem). Dessas, 11 estão instaladas nos municípios

mato-grossenses de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Nova Mutum, Poxoréu, Nova Marilândia, São José do Rio Claro, Jaciara, Campos de Júlio.

Ainda conforme a Unem, das usinas com produção de etanol de milho em operação no estado hoje, três estão em fase de ampliação: Sorriso

Expectativa do setor para os próximos anos é ampliar para 19

(duas usinas) e Campos de Júlio. “A expectativa do setor para os próximos anos é ampliar para 19 o número de indústrias de

etanol no Estado. A capacidade de produção de milho em Mato Grosso mais que dobrou em uma década, por causa da produção em duas safras no mesmo ano e da alta tecnologia empregada. Com isso, juntamos a facilidade e a eficiência das políticas de incentivo fiscais com a segurança jurídica, e estamos impulsionando esse setor a investir no Estado”, pontua o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, César Alberto Miranda Lima.

Hoje, o Brasil conta com nove usinas de etanol de milho em processo de construção. Seis delas estão localizadas em solo mato-grossense, nos municípios de Sorriso, Ipiranga do Norte, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste, Tabaporã e Vera.

Segundo a Sedec, o



Produção de etanol de milho supera a de cana

Governo de Mato Grosso projeta ainda mais o crescimento do setor do biocombustível em prol de alcançar a meta sustentável do país na resposta global à ameaça das mudanças climáticas. O etanol de milho é consi-

derado uma das fontes de energia de menor impacto ambiental.

Além de Mato Grosso, apenas os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo possuem usinas do biocombustível.



O objetivo da proibição é proteger o solo

ATÉ ABRIL

Iniciado período proibitivo para exploração do manejo sustentável

Está proibido o corte, a derrubada e arraste da madeira

RENATA PRATA / Sema - MT

O período de proibição da exploração do Manejo Florestal Sustentável, chamado popularmente de “piracema da madeira”, iniciou no dia 1º de fevereiro e segue até dia 1º de abril em todo o país. Em Mato Grosso, cerca de 6% do território é atingido pela proibição, totalizando 52 mil quilômetros quadrados de áreas que possuem Planos de Manejo Florestal Sustentável autorizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

O objetivo da proibição é proteger o solo do impacto ambiental da retirada

de madeira no período de chuva. “O Manejo Florestal Sustentável tem como objetivo a exploração florestal com mínimo impacto. Desta forma, é uma medida para garantir a conservação da floresta dentro do manejo”, destaca a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

Nesse período está proibido o corte, a derrubada e o arraste da madeira. A superintendente de Gestão Florestal da Sema, Suely Bertoldi, reforça que até o dia 1º de abril só é pos-

Medida para garantir a conservação da floresta dentro do manejo

sível emitir a guia florestal e transportar o volume de espécie das madeiras que foram estocadas nas espeladas e cadastradas no Sistema Sisflora antes do início da proibição.

“O que o período visa é minimizar o impacto da colheita no período chuvoso. Com o solo úmido, o impacto do manejo é muito maior, retirando assim a principal característica da atividade, que é o baixo impacto”, explica Suely.

Alguns municípios da região Noroeste, localizados em região amazônica muito chuvosa, seguem com a proibição até o mês de maio.

A proibição está prevista em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e é regulamentada pela Câmara Técnica Florestal de Mato Grosso por meio da resolução N°10/2017.